

ACTA 3/2009

Apresentado em reunião
em 01/06/2009
21 de PSD, 1 de PS, 2
Independentes e 1 abstenção
8 de PS, 2 de PSD, 2 PSD
1 de CDS e 1 de BE.
27/12/09

-- Aos trinta dias de Junho do ano de dois mil e nove, reuniu a Assembleia Municipal de Mafra, em Terceira Sessão Ordinária do ano de dois mil e nove, no Palácio Nacional de Mafra, situado na Vila de Mafra, com a seguinte ordem de trabalhos: 1) Informação do Presidente da Câmara sobre a actividade municipal e situação financeira; 2) Mafratlântico - Vias Rodoviárias, EM - Relatório e Contas de 2008; 3) Simtejo - Saneamento Integrado dos Municípios do Tejo e Trancão, SA - Relatório e Contas de 2008; 4) Tapada Nacional de Mafra - Relatório e Contas de 2008; 5) Amtres - Associação de Municípios de Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra para o Tratamento de Resíduos Sólidos - Conta de Gerência, Balanço e Relatório de Actividades de 2008; 6) Pavimafra - Infraestruturas e Rodovias, EM - Relatório e Contas do Exercício de 2008; 7) Alteração ao Regulamento de Organização dos Serviços Municipais, sua Estrutura e Competências (ROSMEC) e Mapa de Pessoal; 8) Projecto de Alteração ao Regulamento sobre o Licenciamento das Actividades Diversas; 9) Modificação aos Documentos Previsionais - 2.ª Revisão; 10) Alienação de Imóvel sito na Av. 25 de Abril, em Mafra; 11) Redelimitação da área de intervenção do Plano de Pormenor da Venda do Pinheiro e aprovação da fundamentação das medidas preventivas aprovadas pela Assembleia Municipal na sessão de 28 de Fevereiro de 2007. -----

-- Passavam dezoito minutos das vinte e uma horas quando o senhor Presidente da Assembleia Municipal, Joaquim Sardinha, deu por iniciada a sessão. -----

-- Passou a palavra ao senhor Secretário da Mesa, Luís Ribeiro Alves, que procedeu à chamada. -----

-- Verificada a existência de quórum, o senhor Presidente da Assembleia Municipal deu início ao período antes da Ordem do Dia. -----

-- Procedeu-se à votação da acta número dois de dois mil e nove, referente a trinta de Abril, tendo a mesma sido aprovada por maioria, com uma abstenção de um deputado Independente. Não havendo inscrições, passou-se ao período da Ordem do Dia, introduzindo-se o primeiro ponto relativo à informação do Presidente da Câmara sobre a actividade municipal e situação financeira. Referiu-se que a documentação foi distribuída em CD. -----

-- O senhor Presidente da Câmara Municipal de Mafra, José Maria Ministro dos Santos, declarou não ter nada a acrescentar. -----

-- No uso da palavra, o senhor Manuel Pimenta disse que "nas reuniões passadas, levantei estas questões e queria saber qual o ponto da situação das mesmas, nomeadamente a certificação energética do edifício sede da Câmara, se já foi feita alguma auditoria e se, em termos energéticos, cumpre as novas regulamentações. As outras duas questões têm a ver com obras. Vi aqui nos documentos que a questão do muro de gabiões que sofreu a derrocada na Estrada Nacional cento e dezasseis está resolvida. A quem vai ser imputada a responsabilidade? Qual foi o valor com que se concluíram aqueles trabalhos? Relativamente às portagens na ligação da A oito com a A vinte e um, estive a ver o relatório de contas da Mafratlântico e queria saber qual o ponto de situação." -----

-- O senhor Presidente da Câmara Municipal de Mafra informou que, relativamente à primeira questão colocada, será o Vereador Hélder Silva a responder à mesma. Referiu ainda que "relativamente ao custo dos trabalhos efectuados na Estrada Nacional cento e dezasseis, o mesmo ainda não está apurado, mas quem o vai pagar é a seguradora do empreiteiro. No entanto, estamos à espera do relatório final da Inspeção, de acordo com aquilo fizeram. Não sabemos ainda a que se deveu a derrocada. É mais importante saber isso, de forma a imputar responsabilidades. No que diz respeito à portagem, fomos desafiados em Fevereiro do ano passado para entregar a estrada. Aceitamos essa situação, mas sempre defendendo que é uma estrada municipal e, como tal, não está inscrita no Plano Rodoviário. Em reunião com o senhor Ministro das Obras Públicas, na altura

estimámos o valor de cento e oitenta e seis milhões de euros não tínhamos valores globais apurados, não tinha sido feita a certificação das contas pela empresa Deloitte, mas era esse o número que tínhamos referenciado. Isto suportava todos os encargos inerentes a todo o processo da auto-estrada. Entretanto, eu informei o senhor Ministro sobre portagem fictícia que está a ser cobrada. É urgente que seja resolvida esta questão da avaliação dos encargos financeiros e da responsabilidade, ou não, do Ministério para ser assinado o acordo de transferência dominial para as Estradas de Portugal (EP), para que estas possam desenvolver um processo de subconcessão para entregar, definitivamente, a estrada a quem apresentar as melhores condições. Fomos alertando, em reuniões sucessivas, o senhor Secretário de Estado sob pena de não estarmos, a cada dia que passa, a cobrar cerca de trinta mil euros nas portagens. Ficou acordada qual a empresa a efectuar a certificação das contas, a Deloitte, e foi encontrada uma solução que agradava a ambas as partes, não só à Mafratlântico, mas também à EP. Feita a certificação de todos os valores, o dossier foi enviado para a EP. A EP já tinha aceite os valores apresentados, quando o seu Presidente resolve tomar conta do dossier. Fizemos pressão junto do Ministro e do Secretário de Estado. Depois de terem sido acertados os princípios gerais, o processo voltou ao início e o responsável pela EP levantou um conjunto de questões. Voltámos a falar com o Secretário de Estado. Na altura, apresentámos cerca de cento e oitenta e seis milhões de euros, há um ano e meio, entretanto deixámos de cobrar dez milhões de euros, o que totaliza cento e noventa e seis milhões de euros. Neste momento, o ponto de situação é o seguinte: o dossier vai ser entregue esta semana com as explicações adicionais. Ou esta situação é resolvida a contento das partes envolvidas, entregando à administração da Mafratlântico a gestão da concessão, ou tomam conta dela. Se não tomarem, só temos uma solução que é cortar a estrada. Estamos à espera de ser chamados." -----

-- Sobre a certificação energética, o senhor Vereador Hélder Silva esclareceu que "existe a preocupação do Município para certificar não só o edifício dos Paços do Concelho, mas também os restantes edifícios municipais. Há um plano de certificação dos edifícios, contemplando três fases distintas: uma fase inicial de auditoria da rede eléctrica, água e gás; uma segunda fase de introdução das melhorias/ indicações definidas pela auditoria; e uma fase final de certificação. Neste momento, para além do edifício central, as escolas constituem igualmente uma prioridade. Em termos gerais, encontramos-nos, neste momento, na primeira fase." -----

-- Prosseguiu-se com o segundo ponto da Ordem do Dia sobre o relatório e contas de dois mil e oito da Mafratlântico, Vias Rodoviárias, EM. -----

-- O senhor Manuel Pimenta disse que "no exercício de dois mil e oito da Mafratlântico, não sei se têm presente qual é a dívida que a empresa tem e quanto é que está a dever aos seus fornecedores e credores. São cento e cinquenta milhões de euros de dívida bancária e mais trinta milhões a fornecedores. Também já percebi que com a questão das portagens resolvida a situação poderá inverter-se ou melhorar. Só queria chamar a atenção para esta situação." -----

-- O senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que "o bem está lá. Estes centos e oitenta e seis milhões estão investidos, poderiam era estar a ser amortizados." -----

-- A Assembleia Municipal tomou conhecimento deste ponto. Continuou-se com o terceiro ponto referente à Simtejo – Saneamento Integrado dos Municípios do Tejo e Trancão, SA – Relatório e Contas de dois mil e oito. -----

-- O senhor Manuel Pimenta interveio dizendo que "a Simtejo é uma empresa que há uns anos mostrava problemas, mas, a partir da presidência do Doutor António Costa na Câmara Municipal de Lisboa, verificou-se uma inversão da situação. A mudança na presidência de Lisboa, que é um dos membros da empresa, financiou a Simtejo, tendo esta começado a funcionar. Verifica-se um registo positivo da sua actuação no Concelho de Mafra." -----

-- A Assembleia Municipal tomou igualmente conhecimento deste ponto. Deu-se sequência ao quarto ponto referente à Tapada Nacional de Mafra – Relatório e Contas de dois mil e oito. -----

-- O senhor Presidente da Câmara Municipal informou que “foi proposta uma alteração aos estatutos da Tapada, tendo a Câmara proposto ficar com cinquenta e um por cento, ou seja, assumir a maioria do capital de gestão da Tapada. Esta proposta irá seguir para o accionista maioritário, o Estado. O objectivo é criar um novo impulso, estamos a perder várias oportunidades de rentabilização, projecção e dinâmica turística no contexto dos quinhentos hectares de floresta. Foi executado um plano director da Tapada, tendo-se verificado grande resistência por parte da direcção relativamente à sua execução. A Tapada será um grande projecto turístico de atracção de visitantes. Deveria ser estabelecida uma parceria com o Centro Militar de Educação Física e Desportos de Mafra. Não posso aceitar que a Tapada esteja a esvaziar-se de conteúdo por falta de verba.” -----

-- A Assembleia Municipal tomou conhecimento deste ponto. Prosseguiu-se com o quinto ponto sobre a Amtres – Associação de Municípios de Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra para o Tratamento de Resíduos Sólidos – Conta de Gerência, Balanço e Relatório de Actividades de dois mil e oito. -----

-- O senhor Manuel Pimenta referiu que “relativamente ao biodigestor que está a ser construído, penso que toda esta estratégia, de articulação com a Valorsul, não está bem definida. Não encontro qualquer documento que me possa dizer como é que se vai articular esta associação e o biodigestor e qual o relacionamento com a Valorsul.” -----

-- O senhor Presidente da Câmara Municipal passou a palavra ao senhor Vice-Presidente, Gil Ricardo. -----

-- O senhor Vice-presidente esclareceu que “no que diz respeito a esta situação, foi assinado esta semana um memorando de entendimento. Vamos fundir a possibilidade de ser efectuada a primeira ligação, numa fase transitória, que depois tenderá a evoluir no sentido de agregar outras empresas associadas, nomeadamente a Valorsul. No ecoparque da Abrunheira, o que estava previsto era uma redução em termos de biodigestor, começámos com cento e vinte e cinco mil toneladas para o biodigestor, estamos neste momento com uma reformulação, no âmbito do plano estratégico de tratamento de resíduos, para uma base de sessenta mil toneladas. O biodigestor já foi alterado em termos de dimensão. Vamos ter menos matéria para as celas de configuração técnica, os aterros, uma vez que os resíduos derivados de combustível serão transferidos para a Valorsul. Por um lado, esta situação reduz o preço/ tonelada, por outro lado fica no ecoparque da Abrunheira uma menor quantidade de rejeitados.” -----

-- O senhor Presidente da Assembleia Municipal, enquanto representante da Assembleia na Comissão de Acompanhamento, acrescentou que “vai haver uma reunião da Comissão de Acompanhamento do Ecoparque da Abrunheira na primeira quinzena de Setembro, estando prevista, para breve, a entrada do empreiteiro no terreno. Foi apresentado esta semana o plano de segurança da empreitada para as celas de confinamento.” -----

-- Não havendo mais intervenções sobre este ponto, a Assembleia tomou conhecimento do mesmo. Passou-se ao sexto ponto referente à Pavimafra – Infraestruturas e Rodovias, EM – Relatório e Contas de dois mil e oito. A Assembleia tomou conhecimento. Introduziu-se o ponto número sete relativo à alteração ao Regulamento de Organização dos Serviços Municipais, sua Estrutura e Competências (ROSMEC) e Mapa de Pessoal. -----

-- No uso da palavra, o senhor Presidente da Câmara Municipal disse que “no anterior organograma o Gabinete de Informática dependia da Presidência. Porque, na altura, entendi, que podia, de uma forma mais célere, resolver um conjunto de situações inerentes ao processo de transformação de uma Câmara em termos informáticos. Na proposta que foi aprovada em Janeiro de dois mil e nove, entendi que estava concluída a parte que exigia mais atenção por parte da Presidência, atribuindo essa responsabilidade a um departamento da Autarquia, o Departamento

de Administração Geral. Passado seis meses, e porque tivemos que proceder a algumas alterações em termos de recursos humanos disponíveis na Divisão de Informática, entendi que devo, novamente, tomar conta dessa situação." -----

-- Não se verificando intervenções, passou-se à votação. O ponto foi aprovado por unanimidade. Introduziu-se o ponto número oito sobre o Projecto de Alteração ao Regulamento sobre o Licenciamento das Actividades Diversas. -----

-- O senhor Presidente da Câmara Municipal passou a palavra ao senhor Vereador Hélder Silva. -----

-- O senhor Vereador Hélder Silva esclareceu que "trata-se de uma adaptação à Lei do regulamento já existente sobre guardas-nocturnos." -----

-- Passou-se à votação deste ponto, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade. Foi introduzido o nono ponto sobre a modificação aos Documentos Previsionais – Segunda Revisão. -----

-- O senhor Presidente da Câmara Municipal passou a palavra ao senhor Vice-Presidente. -----

-- O senhor Vice-Presidente informou que "esta revisão tem a ver com duas acções que não estavam incluídas: o novo edifício sede da Junta da Freguesia de Alcaíça e do Jardim de Infância das Azenhas dos Tanoeiros. Relativamente à Junta da Freguesia de Alcaíça, aparece agora porque conseguimos, definitivamente, articular o espaço onde a Junta se encontra actualmente com a edificação da futura escola de Alcaíça. Neste sentido, a Junta será edificada no local onde actualmente se encontra a escola e a escola onde se situa a Junta. Por outro lado, o Jardim de Infância das Azenhas dos Tanoeiros é também incluído nesta revisão." -----

-- Passou-se à votação deste ponto, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, vinte e um votos a favor do PSD, um da CDU e dois Independentes, e quatro abstenções do Partido Socialista. Iniciou-se o décimo ponto sobre a alienação de imóvel sito na Avenida vinte e cinco de Abril, em Mafra. -----

-- O senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que "estamos a falar da parcela de terreno onde se situa actualmente a Automaфра. Em mil novecentos e oitenta e seis, fizemos um contrato de direito de superfície com a Galp, por vinte anos, e, na altura, custou à Galp quarenta e cinco mil contos. Entretanto, há cerca de um mês, a Automaфра, que explora o local, solicitou à Câmara a venda ou a continuação do direito de superfície daquela parcela de terreno. Foi feita a avaliação dos terrenos, alienados em quatrocentos mil euros." -----

-- O senhor Manuel Pimenta interveio referindo que "a minha questão tem a ver com a futura utilização desse espaço para uma outra finalidade que não uma estação de serviço. Isto está salvaguardado no contrato de alienação?" -----

-- O senhor Presidente da Câmara Municipal respondeu dizendo que "não é porque é nosso interesse que os postos de combustível saiam do centro das vilas. Há algum tempo, compraram um terreno à entrada de Mafra para instalar as bombas, que depois se veio a verificar que uma parte do terreno era reserva ecológica e a parte que era urbanizável não dava para instalar a referida bomba, a não ser com alterações de PDM, isto no pressuposto de que aquela iria ser extinta. Se o posto de combustível sair deste local, julgo que a envolvente sai valorizada com a situação. Não pusemos nenhuma condição, sob pena e risco de estarmos a defraudar expectativas." -----

-- Prosseguiu-se com a votação, tendo este ponto sido aprovado por maioria, com vinte e um votos a favor do PSD, dois Independentes e um da CDU, e quatro abstenções do Partido Socialista. Deu-se início ao décimo primeiro ponto sobre a redelimitação da área de intervenção do Planod e Pormenor da Venda do Pinheiro e aprovação da fundamentação das medidas preventivas aprovadas pela Assembleia Municipal na sessão de vinte e oito de Fevereiro de dois mil e sete. -----

-- O senhor Presidente da Câmara Municipal passou a palavra ao senhor Vereador Hélder Silva. -----

-- O senhor Vereador Hélder Silva esclareceu que "relativamente ao Plano de Pormenor da Venda do Pinheiro, este está na sua fase final. Neste momento, estamos a aguardar a conclusão do estudo, imposto pela CCDRLVT, que diz

respeito ao estudo do leito de cheia da bacia do eixo Malveira-Venda do Pinheiro. De referir ainda que recebemos esta semana o ok da administração de recursos hídricos, relativamente ao desvio junto aos depósitos de água da Venda do Pinheiro, que tinha sido proposto pelos técnicos. As medidas preventivas que foram inicialmente estabelecidas estão a terminar a sua vigência e carecem de ser prorrogadas. Entretanto, saiu também nova legislação que veio aligeirar esta questão do planeamento e há necessidade, segundo os técnicos, de um pequeno ajuste relativamente à redelimitação. Neste sentido, a proposta que hoje está presente à Assembleia vai no sentido de fazer a referida redelimitação, prorrogar as medidas preventivas e também autorizar a dispensa da avaliação de impacte ambiental que decorre da nova Lei que, entretanto, entrou em vigor." -----

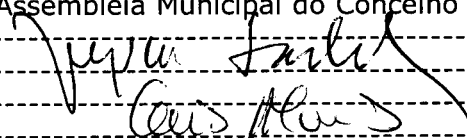
-- Iniciou-se a votação deste ponto, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade. Concluído o período da Ordem do Dia, iniciou-se o período de intervenção do público. -----

-- O senhor José António Martins Bento, representante da Associação de Dadores de Sangue, interveio dizendo que "irei entregar à Câmara um documento que contém vários gráficos evolutivos da dádiva de sangue no Concelho de Mafra, sobretudo nos últimos dez anos. Constam, actualmente, nos nossos ficheiros seis mil dadores. Gostaria ainda de agradecer à Câmara Municipal de Mafra pelas instalações cedidas; pela divulgação das colheitas efectuada, mensalmente, através da agenda-cartaz; a colaboração estreita com as Juntas de Freguesia, desde a fundação da Associação até hoje; e, particularmente, agradecer e reconhecer a generosidade da população do nosso concelho porque sem eles estes resultados eram impossíveis. É graças a toda esta colaboração e à generosidade dos dadores que o Concelho de Mafra é o Município que envia maior quantidade de sangue para o Centro Regional de Lisboa." -----

-- Não se verificando mais inscrições, o senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por concluída a terceira sessão ordinária do ano de dois mil e nove da Assembleia Municipal do Concelho de Mafra quando passavam catorze minutos das vinte e duas horas. -----

-- Verificada a lista de presenças, foram registadas as ausências de alguns elementos da Assembleia Municipal, tendo para estas sido apresentados os pedidos de justificação de faltas dos seguintes membros: senhor Miguel Ângelo; senhor Vítor Rodrigues; senhor José Eduardo Nogueira Simões, substituído pelo senhor Américo José Vidinha Lourenço; senhor Joaquim Biancard Cruz, substituído pelo senhor Carlos Alberto dos Reis; senhor Frederico Pedrosa, substituído pelo senhor Luís Miguel Jorge Leitão; senhor Luís Cordeiro, substituído pela senhora Ana Paula Mota; senhor Nuno Sardinha; substituído pelo senhor José Lourenço Alves do Nascimento. Verificaram-se, igualmente, as ausências dos seguintes elementos: senhor Daniel Marchante; senhor Joaquim Casado; senhora Leonor Coutinho; senhor Mário Acúrcio Vicente; senhora Olga Pires; senhor Paulo Ricardo; e senhor Samuel Estêvão. -----

-- Para se constar se lavrou esta acta, que vai ser lida, e, depois de aprovada, irá ser assinada por mim que a lavrei, Luís António Ribeiro Alves, e pelo Excelentíssimo senhor Presidente da Assembleia Municipal do Concelho de Mafra. -----


Luís António Ribeiro Alves